

Racismo, Capitalismo racial e Migração: um estudo analítico dos impactos do capitalismo racial na vida dos migrantes haitianos de 2017 a 2024

James Fleurilus¹

Doutorando em Serviço Social no Programa Pós-Graduação em Serviço Social. PPGSS-ICSA / UFPA.

 <https://orcid.org/0009-0000-3379-0617>

Cristina Maria Areda Oshai²

Professora no Programa Pós-Graduação em Serviço Social. PPGSS-ICSA/UFPA.

 <https://orcid.org/0000-0001-7426-041X>

Milius Guerrier³

Doutorando em Psicologia Social no Programa Pós-Graduação em Psicologia PPGP-IFCH/UFPA.

 <https://orcid.org/0009-0001-9167-6043>

Data de recebimento: 18 de fevereiro de 2025.

Data de aceite: 05 de junho de 2025.

Como citar este artigo: FLEURILUS, J. OSHAI, C. M. A. GUERRIER, M. Racismo, Capitalismo racial e Migração: um estudo analítico dos impactos do capitalismo racial na vida dos migrantes haitianos de 2017 a 2024. *Revista InterCulturas*, João Pessoa, v. 1, n. 2, p. e73008, jun. 2024. DOI: 10.5281/zenodo.15617143

RESUMO: Esta pesquisa analisa o capitalismo racial como uma construção do sistema capitalista cujo objetivo é redefinir a noção de raça como uma ferramenta de superexploração e redefinir as relações de trabalho dos migrantes em uma dinâmica baseada na lógica da alienação, dominação e superexploração. Essa lógica é calculada em um contexto duplo, político e capitalista, pois, respectivamente, o Estado impede que os migrantes recebam documentos legais para trabalhar em condições legais e o sistema se aproveita desse contexto para fazer com que os migrantes trabalhem fora de um horário adequado, com um salário proporcional. Em outras palavras, para reforçar sua mais-valia absoluta e relativa. Este estudo faz parte da tradição marxista de compreender e analisar o impacto do capitalismo racial sobre os migrantes negros. Utilizando uma abordagem qualitativa, baseia-se em pesquisa documental e bibliográfica, bem como na coleta de dados de entrevistas semidiretivas nas quais as partes interessadas nos contam alguns detalhes sobre a realidade objetiva de suas vidas diárias como migrantes. Em termos de resultados, esta pesquisa mostra que o capitalismo racial é uma máquina que se conforma em quase todas as sociedades, pois tende a definir uma estratégia comum para implementar as lógicas de exploração, acumulação de capital, superexploração e as várias formas de violência associadas aos migrantes negros.

PALAVRAS-CHAVE: Raça; Capital; Capital Racial; Migração.

¹ Endereço eletrônico: jamesfleurilus8@gmail.com

² Endereço eletrônico: cristinareda@ufpa.br

³ Endereço eletrônico: guerriermilius113@gmail.com

Racism, Racial Capitalism and Migration: an analytical study of the impacts of racial capitalism on the lives of haitian migrants from 2017 to 2024

ABSTRACT: This research analyzes racial capitalism as a construction of the capitalist system whose aim is to redefine the notion of race as a tool of super-exploitation and to redefine migrant labor relations in a dynamic based on the logic of alienation, domination and super-exploitation. This logic is calculated in a double context, political and capitalist, since, respectively, the state prevents migrants from receiving legal documents to work under legal conditions and the system takes advantage of this context to make migrants work outside of an appropriate schedule, with a commensurate salary. In other words, to reinforce its absolute and relative surplus value. This study is part of the Marxist tradition of understanding and analyzing the impact of racial capitalism on black migrants. Using a qualitative approach, it is based on documentary and bibliographical research, as well as data collection from semi-directive interviews in which the stakeholders tell us some details about the objective reality of their daily lives as migrants. In terms of results, this research shows that racial capitalism is a machine that takes shape in almost all societies, as it tends to define a common strategy for implementing the logics of exploitation, capital accumulation, overexploitation and the various forms of violence associated with black migrants.

KEYWORD: Race; Capital; Racial capital; Migration.

1 Introdução

Abordar a questão do racismo no mundo é um empreendimento teórico, metodológico, empírico e epistemológico complexo. Diferentes abordagens e perspectivas são usadas para entender e analisar as questões que envolvem o racismo no contexto contemporâneo. No entanto, o racismo como uma construção social ainda é objeto de muito debate nas ciências humanas e sociais, bem como nas práticas entre nações de diferentes civilizações e grandes eventos sociais. O capital racial como uma realidade complexa exige uma abordagem que fuja do senso comum. Octavio faz a seguinte observação: “A reflexão deve observar, examinar essa realidade, o fato, o acontecimento em questão, e tentar construir uma compreensão global dele, o que implica entender o fato como um todo vivo, e não como um todo dissecado em uma anatomia” (Octavio, 2011. p.397).

Do ponto de vista analítico, este trabalho tem como objetivo identificar as questões em jogo no racismo como uma estratégia do capitalismo, a fim de encontrar um alibi para reforçar a fragmentação social, a superexploração do homem pelo homem

e a reprodução das desigualdades. A partir de uma abordagem contextualizada, esta pesquisa tem como objetivo analisar a situação de dez migrantes haitianos que vivem em diferentes espaços sociais estrangeiros, a fim de observar o peso do racismo em suas vidas cotidianas e sua relação com o trabalho no contexto da divisão internacional do trabalho.

Dessa forma, o argumento desta pesquisa será articulado em torno de três pontos. Em primeiro lugar, este trabalho nos permitirá entender como o racismo é construído em um processo trans histórico e evolutivo que permite ao sistema colonial impor melhor seu projeto de escravidão, tendo como data histórica o ano de 1492. Em segundo lugar, por meio de abordagens teóricas, analisar como o capitalismo, herdado do colonialismo, usa o racismo para superexplorar os trabalhadores em suas relações de trabalho. Em terceiro lugar, mostrar as várias estratégias implementadas pelos diretores de empresas para tornar vulneráveis os trabalhadores migrantes, ou seja, uma amostra de dez (10) migrantes haitianos, a fim de melhor explorá-los durante o período de 2017 a 2024.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa opta por uma abordagem qualitativa. Ela leva em conta a dimensão bibliográfica e a pesquisa documental para estabelecer uma base teórica e, em seguida, realiza entrevistas com as dez pessoas envolvidas usando o aplicativo google meet e por telefone para coletar dados precisos sobre a situação em estudo. Os relatos dos entrevistados foram anotados e depois analisados para melhor atender aos objetivos da pesquisa e tirar conclusões sobre os resultados esperados.

2 Contextualização de Estudo

O Haiti possui uma história importante de lutas e contribuiu para a resistência ao colonialismo na América Latina e no Caribe, rompendo a visão colonial e repensando o conteúdo conceitual da liberdade. Dessalines, conhecido como o pai da Nação haitiana, disse a todas as pessoas que viveram a escravidão no seu país que, independentemente

de sua origem ou status, quando chegarem ao Haiti, elas serão sujeitos de direito, ou seja, livres. Dito isso, o Haiti foi o primeiro país do mundo a refletir profundamente sobre a questão da integração social. Por assim dizer, essa revolução foi antiescravagista, anticolonialista e antirracista. No entanto, é preciso dizer que, na opinião da autora Micheline Labelle, o Estado haitiano tem o status de Estado nacional independente desde 1804, com um regime presidencial e uma Constituição que garante esse status. Mas, na verdade, é um Estado dependente econômica, política e militarmente. E essa realidade persiste e implica uma sociedade de deslocamento social, uma sociedade em que o social está em um “estado de pecado mortal”.

No contexto atual em que estamos escrevendo, o Haiti está se tornando o pior exemplo do mundo, com problemas sociais em todos os níveis, além de problemas políticos. Essa realidade o torna um lugar repulsivo e propenso a crises, onde a maioria de nossos dirigentes e funcionários do Estado se veem forçados a deixarem o país para evitar a violência generalizada na qual o país está atolado há várias décadas. Nesse sentido, a escolha de trabalhar com a migração haitiana com relação ao capitalismo racial é socialmente consciente, com o objetivo de compreender melhor o destino dos migrantes haitianos diante dos desafios impostos pelo capitalismo racial em todo o mundo. A compreensão e a análise desse fenômeno exigem uma abordagem teórica e epistemológica para evitar o senso comum.

Nossas preocupações com o problema do capitalismo racial estão estruturadas da seguinte forma: desde a escravidão até o contexto contemporâneo, por que a questão da cor (raça como um dado biológico) envolve tanto debate? Com base em que uma categoria de pessoas afirma ser superior a outra ao se referir à raça e à cor? Como as ciências humanas e sociais podem contribuir para derrubar essa falsa evidência e evitar a marginalização, a estigmatização e a discriminação dos negros? Por que a questão da cor beneficia o sistema capitalista? Como o Estado ajuda a redefinir os migrantes negros a fim de facilitar a manipulação, a instrumentalização e a exploração deles pelo sistema capitalista? A pós-modernidade é simplesmente a extensão discursiva do colonialismo e do capitalismo para promover o mecanismo de superexploração?

3 Racismo, uma construção colonial e Capitalista: uma visão geral histórica

O capital e a raça nem sempre foram estruturados nessa dimensão moderna. A correlação entre ambos é o resultado de um processo sócio-histórico e antropológico. Sob essa perspectiva, o texto de Laurent (2024), intitulado “Capital and race: the history of a modern hybrid”, mostra como o racismo é parte integrante do capitalismo. A escravidão, o colonialismo, a expropriação da terra, a superexploração e a acumulação de riqueza são aspectos essenciais do capitalismo. De acordo com Laurent, de Karl Marx a Malcolm X e Angela Davis, e até os dias atuais, o racismo e o capitalismo são a mesma coisa.

Em outras palavras, entender o racismo sem história não tem sentido, pois os dados históricos nos permitem compreender melhor a gênese e a evolução dessa realidade no espaço e no tempo, no sentido de Walter Benjamin, que vê a história como a continuidade da descontinuidade. Nesse sentido, do ponto de vista sócio-histórico, a partir de 1492, o capital e a raça foram realmente selados pela conquista desenfreada das terras por Cristóvão Colombo, onde se estabeleceu uma relação dual. Primeiro, uma relação econômica que é propriamente chamada de pré-capitalismo, com o amor ao ouro e à terra sendo domesticada para se tornar mercadoria, e depois uma relação social que é estruturada em torno de uma hierarquia social baseada na questão racial. Porque, antes disso, os europeus não eram considerados brancos. Com a conquista da América, essa construção redefiniu outra abordagem baseada na questão racial.

Sob essa perspectiva, não poderíamos admitir que o capital e o racismo já estivessem estruturados e constituídos. Entretanto, há uma certa realidade que é cristalizada para combinar raça e capital. Por assim dizer, a conquista da América revela um capital que se transforma em capitalismo e uma raça que se transforma em racismo. Pois, com o trabalho nas minas, as primeiras plantações e o primeiro desembarque de negros da África para trabalhar nas plantações, uma estratégia inicial justifica a fundação do capitalismo sobre o racismo. Dito isso, uma construção no imaginário dos europeus,

como a que surgiu com Cristóvão Colombo, foi a de que havia uma relação diferenciada de inferioridade entre os povos indígenas e os ocidentais.

Dessa forma, os brancos são as categorias privilegiadas no topo da hierarquia social e a outra categoria, os indígenas, estão lá para fornecer mão de obra gratuita. O fato de que, com essa construção, a terra se torna um capital, ela deve ser trabalhada pelos nativos sob restrições para enriquecer as metrópoles. Nesse sentido, conforme Fanon (1961), não há lógica colonial sem lógica racial. E também deve ser dito que 1492, assim como no século XVIII com a grande era do mercantilismo, é o momento em que o capitalismo toma sua forma, mas irredutivelmente ligado à lógica racial. Essa consideração nos leva de volta ao entendimento de Hurbon (1988) que mostra como o capitalismo e o racismo são compatíveis para criar um tipo de barbárie imaginária no mundo, em que um grupo minoritário consegue controlar um grupo majoritário com base em um fetiche infundado pela cor da pele.

Por assim dizer, essa minoria consegue conquistar a América e, ao mesmo tempo, produzir bárbaros imaginários para explorar melhor os recursos e transformá-los em inumanos. O capital racial como uma construção social do sistema capitalista é um fator patogênico que usa a raça como um aspecto de diferenciação para transformar o outro em uma mercadoria. De acordo com concepções mais modernas de propriedade, o capitalismo racial funciona como o que Cheryl Harris (1993) descreveu de forma influente como “propriedade estatutária”, ou seja, um interesse de reputação que confere aos proprietários certos privilégios derivados de uma concepção pública de sua identidade e personalidade.

4 Raça, Capital e Capital racial: algumas considerações ou fundamentos teóricos e analíticos

Para compreender a questão da raça, do capital e do capital racial de uma perspectiva holística, é necessário fazer algumas considerações altamente históricas que podem servir de base para uma melhor compreensão desse fenômeno. Sob essa

perspectiva, os conceitos de raça e capital são objeto de muitos debates teóricos e epistemológicos nas ciências humanas e sociais. No entanto, as diferentes abordagens são sempre articuladas de forma polêmica, pois as diferentes percepções de raça nem sempre são homogêneas. O trabalho de Laurent Sylvie e Laennec Hurbon nos mostra que a definição de uma base racial para pensar sobre o homem não tem fundamento teórico ou epistemológico, porque a raça é uma construção social, cultural e biológica complexa que um grupo não pode decidir quem é superior ou inferior.

Essa consideração de inferioridade e superioridade conduz a Gobineau (1967) que fez uma consideração insignificante quando escreveu *The Inequality of Human Races* (A desigualdade das raças humanas), na qual procura justificar uma hierarquia fictícia entre as raças. Em seu texto cheio de preconceitos e de racismo, ele procura apresentar uma falsa evidência em termos de uma equação para mostrar como a raça branca é superior às outras. Com o objetivo de expor seus argumentos vazios, que se baseiam na dimensão mais primitiva do racismo, o intelectual e antropólogo haitiano Antênor Firmin (1885) desmonta as teses de Gobineau em seu famoso texto intitulado *De l'égalité des races humaines*, no qual busca desconstruir seus argumentos racistas e teoricamente infundados para derrubar a equação apresentada por Gobineau. O trabalho de Firmin faz parte de uma antropologia positiva que busca definir a questão da raça como uma construção complexa, mas não como uma depreciação dos outros. Essas considerações nos ajudam a entender como a questão da raça sempre foi um fato biológico discutível nas ciências humanas e sociais e em outros campos que envolvem tantas tensões.

O trabalho de Gobineau não é apenas irrelevante, mas justifica a incompetência de um pesquisador racista. Essa impotência apontada lembra a crítica óbvia do intelectual brasileiro José Paulo Netto Boaventura de Sousa Santos por sua apresentação distorcida, empobrecida e miserável de Marx e sua tradição em *Pela mão* (Netto, 2004).

O capital como categoria, por outro lado, foi teorizado de várias formas. Uma das teorias mais influentes é a crítica de Karl Marx, enraizada na economia política, sobre a relação entre propriedade privada, riqueza acumulada e relações sociais de exploração, e os teóricos subsequentes desenvolveram outros tipos de capital. Para Schultz (1961),

era necessário combinar capital e homem para que ele pudesse introduzir a noção de capital humano - o valor agregado a um trabalhador quando ele adquire educação, habilidades, treinamento, conhecimento ou outros atributos que aumentam sua utilidade no processo de produção e troca de mercadorias.

Mais tarde, Bourdieu (2010), distinguiu várias formas de capital, incluindo capital econômico, capital cultural, capital social e capital simbólico. E Catherine Hakim desenvolveu a ideia de capital erótico como um mecanismo para promover interesses sociais e econômicos por meio da atração sexual.

Em muitos contextos, portanto, os pesquisadores descobriram que a lente do capital é uma maneira útil de examinar fenômenos específicos, pois o capital é um conceito complexo que exige abordagens específicas.

Neste trabalho, as teorias existentes do capital servem como heurística para entender como a raça é valorizada e como o valor racial é trocado. Isso também nos permite entender como o sistema capitalista consegue combinar raça e o capital a fim de mudar a discussão de uma abordagem social e analítica para uma econômica, transformando-a em uma mercadoria.

Como Etienne Balibar (2003) aponta em um artigo intitulado *The Construction of Racism (A construção do racismo)*, entender o racismo com base em uma visão histórica envolve um processo complexo que exige que façamos perguntas, em vez de simplesmente restituir as abordagens. Isso se deve ao fato de que o racismo como um problema social e global, e como uma construção social, manifesta-se de diferentes maneiras e tem uma base histórica que precisa ser identificada além de uma simples abordagem e consideração. Essa questão faz parte de um processo institucional, histórico e político no contexto contemporâneo, o que exige uma avaliação histórica em relação às várias contradições do contexto atual no que diz respeito a essa construção social.

A questão das origens e do significado da categoria racismo torna-se ainda mais aguda pelo fato de que somos solicitados por avaliações totalmente contraditórias sobre o lugar do “racismo” nas sociedades contemporâneas. Essa questão não é nada menos que puramente formal. Ela também tem consequências políticas e institucionais. Alguns analistas e ensaístas veem o racismo como um fenômeno do

passado, de importância decrescente, ou que declinaria naturalmente se não fosse revigorado “artificialmente” por estratégias contraproducentes e pelos “efeitos perversos” das definições e medidas institucionais (Balibar, 2003, p. 1).

Nesse sentido, a abordagem de Balibar ao problema do racismo no mundo contemporâneo exige uma inteligência conceitual baseada na história, na sociologia e em outros campos relacionados, a fim de compreender essa construção social além das abordagens de definição que não levam em conta as questões manifestas e latentes em jogo. Em sua opinião, precisamos buscar evidências sobre essa questão, sabendo que o racismo é, antes de tudo, uma questão política, em que os aspectos de “teoria” e “combate” estão inextricavelmente entrelaçados. Nesse caso, ele diz: “há mais ou menos muito tempo existe um fenômeno ao qual se dá o nome de racismo; suas manifestações são variadas, ele muda com o tempo; não coincide, porém, com toda forma de violência, nem mesmo com toda manifestação de ódio coletivo” (Balibar, 2003, p.2).

A noção de “racismo”, então construída, engloba num único nome três tipos de situação que, a partir de então, aparecerão como muitas formas específicas de “racismo”. São elas: o antissemitismo, do qual o nazismo alemão foi a culminação extrema; o racismo colonial, que envolve a divisão da humanidade em raças “superiores” e “inferiores”, “civilizadas” e “bárbaras” - as raças sujeitas ao colonialismo britânico; e, por fim, o preconceito de cor ligado à segregação ou à instituição do apartheid nas sociedades pós-coloniais, que atribuía um status inferior aos descendentes de escravos.

Referindo-se a Fanon, Sylvie Laurent insiste, como fez anteriormente, não apenas no fato de que o racismo é de fato uma estrutura social (e que os indivíduos são “racistas” porque as próprias sociedades são baseadas na distinção absoluta entre “senhores” e “escravos”), mas também na ambivalência dos efeitos psicológicos desse racismo estrutural, que deve ser descrito fenomenologicamente. O que ele chama de alienação se aplica, como sabemos, tanto ao colonizado quanto ao colonizador, mesmo que não da mesma forma, e está centrado no fenômeno da “consciência dividida” e na perversão das relações e fantasias sexuais, às vezes beirando a psicose, que permeiam as

representações mútuas do dominante e do dominado e a identificação fetichista com sua própria “cor” (Balibar, 2003, p.6).

De acordo com Boussahba et al. (2021), para analisar os processos de discriminação e opressão que produzem desigualdades sociais em nossas sociedades contemporâneas, tornou-se comum distinguir entre diferentes fatores: raça, classe e gênero - seja para adotar uma perspectiva interseccional. Entre esses fatores, a raça ocupa uma posição singular: é verdade que, como os outros, ela enuncia desigualdades; porém, mais do que os outros, ela é usada às vezes para justificá-las, às vezes para combatê-las. A categoria de “raça” - sua história, definição e atributos - desempenha um papel decisivo no discurso sobre as origens das desigualdades. Ela levanta problemas epistemológicos formidáveis que estão impulsionando a historiografia contemporânea.

Em um trabalho realizado por Robert Miles e Victor Satezewich desde a década de 1990, eles mostram como o capitalismo reorganiza o processo de acumulação por meio da exploração com base no fenômeno da migração e define estratégias para explorar melhor os migrantes. Essa estratégia de exploração dos migrantes tem uma dimensão política e administrativa, pois a migração é uma estratégia política do Estado com os atores econômicos para melhor encontrar recursos para fins úteis e estratégicos para o avanço do capitalismo em sua visão e missão.

Em outras palavras, o Estado garante as condições políticas e ideológicas para a reprodução do modo de produção capitalista em um determinado território. Dito isso, os trabalhadores são forçados a trabalhar quando chegam a espaços estrangeiros. Consciente da dimensão sociocultural da rápida integração, o sistema cria uma espécie de maquinário que empurra os trabalhadores para o mercado de trabalho sob restrições programadas, e esse maquinário é estruturado em torno da dimensão alienante e dominadora. A partir dessa perspectiva, René Gallissot mostra como o capitalismo usa o racismo para acumular riqueza no processo de migração.

Em períodos distintos do capitalismo, mas desde suas origens até os dias atuais, dois exemplos fornecem a ilustração inevitável. O racismo contra os negros, que regulava o lucro econômico e determinava o lugar na sociedade de acordo com a cor da pele, encobre a exploração colonial por meio da escravidão. O racismo contra os imigrantes é combinado com a "superexploração" de uma força de trabalho importada cujo custo de criação não é pago, não sem analogia com a condição dos escravos negros; essa extorsão do lucro excedente por meio da disparidade de salários e da vantagem do baixo custo de reprodução de uma força de trabalho atribuída ao padrão de vida inferior de um grupo étnico (Galissot, 1985, p.126).

Além disso, o racismo é uma patologia ou um surto materialista; emerge do processo de exploração, nasce do próprio capitalismo, em sua relação de fundação. Sob o impacto do nazismo, os próprios marxistas falaram do racismo como uma doença. Para Joseph Gabel, que, seguindo os passos de Lukacs e, mais ainda, de Karl Mannheim, pensa em termos de alienação e falsa consciência, "a ideologia racista é uma ideologia típica"; o racismo tem um significado clínico como uma "distorção delirante (esquizofrênica) da percepção da alteridade". A consciência racista, essa falsa consciência, é absurda e, de modo mais geral, o racismo é "uma aberração" (Gabel, 1983).

Por sua vez, Immanuel Wallerstein se abstém de fazer uma correspondência absoluta. Ele se limita a observar que o racismo não consistia na exclusão de estrangeiros; pelo contrário, consistia em uma segmentação da força de trabalho dentro do sistema que visava manter os grupos oprimidos dentro dele" (Wallerstein, 1984). Em uma sociedade de imigração em um cenário de sociedade colonial, que é a sociedade americana, a literatura sobre as lutas dos negros e as análises de conflitos sociais e étnicos, que se dizem marxistas, só podem ser incentivadas a estabelecer conexões entre raça e classe. Essa consideração enfatiza o seguinte:

Assim, o racismo aparece não apenas como a ideologia que legitima a exploração econômica, mas também como a própria prática da segmentação da força de trabalho. A oferta seletiva de mão de obra, que obedece à busca capitalista pelo lucro, usa ou oculta a diferença étnica. A competição por empregos, que sustenta a distribuição profissional e a classificação social, é fixada e instituída como uma hierarquia racial, em uma transferência não da cultura para a natureza,

como diz a antropologia, mas do status social para a classificação biológica (Wallerstein, 1984, p.101).

O racismo levanta a questão do estrangeiro com toda a sua força, e o faz estabelecendo uma demarcação que remete à origem estrangeira, que ele transforma em uma diferença de natureza, uma variedade de espécies e hereditariedade física, para melhor destruir o valor do outro. Portanto, ela não se situa no outro ou nessa diferença, mas se estabelece nessa operação naturalizante e radical de negação da identidade da qual participa. Entretanto, tem sua fonte na defesa de uma identidade superior e, portanto, no status social que implica, no modo de preponderância que institui. Do etnocentrismo à reação defensiva levada ao absoluto da naturalização imaginária e à prática da eliminação, da xenofobia ao racismo, as passagens são apenas de graus, em uma tendência que, portanto, atinge seus extremos. Assim, o racismo não pode ser extrapolado das relações interétnicas para ser colocado na alteridade e reduzido a uma relação singular; nem pode ser considerado como um fenômeno de exceção, nem como um fenômeno trans histórico. Se há descontinuidade na forma como ele é exibido na sociedade moderna ou capitalista, isso só pode ocorrer em um cenário de continuidade.

Desse ponto de vista, o capitalismo racial suscita considerações específicas e particulares que tornam necessário que todos, independentemente de suas inclinações teóricas e epistemológicas, o abordam de forma sistêmica e específica, com o objetivo de liderar a luta para erradicar este flagelo do mundo. Nesse sentido, vale a pena lembrar as palavras de Florestan Fernandes, que disse que: “É preciso mais do que isso: é preciso entender que raça e classe social estão umbilicalmente interligadas, especialmente na realidade brasileira, com suas profundas particularidades” (Fernandes, 2017, p. 83 *apud* Moreira, 2021, p.55).

O que parece óbvio no processo de análise do capitalismo racial é a consideração da formação social, uma vez que esta desempenha um papel no processo de aceitação ou rejeição do outro por motivos epidérmicos e outros. É por isso que concordamos com Moreira (2021), ao fazer referência a Moura (1983), quando ele busca entender a relação entre o racismo estrutural e a divisão racial do trabalho no Brasil.

Moura (1983), busca compreender a ligação entre o racismo e o capital como um fato estrutural que assombra a formação social do país. Como ponto de partida, ele aponta que o racismo é ineliminável e intrínseco à dinâmica do capitalismo brasileiro, uma vez que é o principal elemento constitutivo da história da formação social de nosso país. Nesse contexto, Moreira (2021), concorda plenamente com Moura, afirmando: "Concordamos com Moura (1983), que não enfocar os efeitos de quase quatrocentos anos de escravidão, suas contradições e suas implicações na realidade social, é descartar ou ocultar o que estrutura a realidade brasileira" (Moreira, 2021, p. 49).

Essas abordagens nos permitem ver como uma compreensão objetiva do capitalismo racial em um espaço social deve ser apreendida a partir de uma compreensão da formação social que assombra esse espaço. Devemos, portanto, buscar compreender essa realidade por meio de considerações sócio-históricas, a fim de determinar a base da raça na evolução do capitalismo e como este aprende a raça como uma entidade objetiva para construir sua hegemonia por meio do mecanismo de superexploração de outros com base na cor da pele. Moreira (2021, p. 50) ressaltou que: "Tal ideologia dominante, que concebe o negro como inferior, baseada em uma visão de supremacia entre as raças, serve aos interesses da acumulação de capital, enquanto a dominação e a exploração do trabalho passam a operar com base na condição racial."

De fato, os elementos teóricos que nos fornecem um conjunto de ferramentas para compreender a noção de raça, capital e capitalismo racial são objeto de grande debate no campo científico, pois há pesquisadores que entendem que a noção de raça não deve ser uma estratégia imposta pelo sistema do colonialismo e do capitalismo para explorar ainda mais os homens negros. Um sistema que já criou pessoas alienadas e privou os seres humanos de seus valores intrínsecos consegue usar a noção de cor para justificar a hegemonia do outro sobre o outro com base em uma utopia que é a raça. Nesse sentido, a analogia feita pela historiadora Ellen Meiksins Wood (1996), sobre o contexto da pós-modernidade se relaciona com essa construção ficcional de raça quando ela aponta que o mundo está sendo cada vez mais povoado não por robôs felizes, mas por seres humanos muito raivosos. Essa analogia é essencial para entendermos a

dinâmica do sistema capitalista, que aliena, instrumentaliza e domina os seres humanos por meio de construções fictícias, para melhor explorá-los.

5 Resultado de Estudo: O peso do racismo nas relações de trabalho. Caso de dez migrantes haitianos

Nesta parte do trabalho, apresentaremos a amostra e o perfil dos entrevistados, seguidos pelos resultados e discussões.

Quadro 1- Perfil das pessoas pesquisadas e suas diferentes variantes

Código atribuído	País de residência dos migrantes	Tempo de residência	Nível de estudo	Gênero	Situação de trabalho
RH120	Turquia	5 anos	Graduação em ciência da computação	M	Complicado
RH121	Guadeloupe	4 anos	Graduação em economia	F	Complicado
RH122	Guyane Française	5 anos	Graduação em administração	M	Complicado
RH123	Turquia	4 anos	Graduação em Direito	M	Complicado
RH124	Guadalupe	5 anos	Diploma de História	F	Complicado
RH125	Bulgária	3 anos	Mestrado em Ciências Gerenciais	M	Complicado
RH126	Guyana Francesa	7 anos	Graduação em administração	M	Complicado
RH127	Turquia	5 anos	Graduação em economia	F	Complicado
RH128	República Dominicana	8 anos	Graduação em educação	M	Complicado
RH129	República Dominicana	5 anos	Graduação em enfermagem	F	Complicado

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados coletados na grade de entrevistas, novembro de 2024

No Quadro 1, podemos ver que o perfil dos entrevistados, do ponto de vista acadêmico, é variado em termos de campo de estudo, mas todos têm pelo menos um diploma de bacharelado ou mestrado. De um ponto de vista geral, eles deixaram o Haiti para escapar da violência generalizada que está ocorrendo no país, com o objetivo de

continuar seus estudos e trabalhar. Essa estratégia, que redefine seu status de estudantes migrantes, trabalhadores migrantes, leva-os a se associar a empresas para trabalhar. Essa estratégia, que redefine seu status de estudantes migrantes, trabalhadores migrantes, leva-os a se associar a empresas para trabalhar a fim de ganhar um salário para atender às suas necessidades vitais e existenciais. A tabela também mostra como a situação de trabalho deles é complicada, uma complicação que pode ser explicada não apenas pelas restrições envolvidas na busca de documentos ou de um local para trabalhar, mas também pelo fato de que eles não recebem um salário compatível com as horas que trabalham.

De acordo com a grade de entrevistas usada para coletar dados dos entrevistados, várias perguntas giram em torno da situação no trabalho, condições de trabalho, condições de vida etc. Essas perguntas nos ajudarão a identificar a situação desses migrantes em relação ao trabalho para apresentar melhor os resultados da pesquisa. Por meio dessas perguntas, poderemos identificar a situação desses migrantes em relação ao trabalho a fim de apresentar melhor os resultados da pesquisa.

Quando perguntados por que fizeram essa escolha e como deixaram o Haiti para viver em outro lugar por um tempo, as respostas dos entrevistados foram semelhantes. O entrevistado RH125 resumiu da seguinte forma:

Como gerente da administração pública, fui forçado a sair por causa das restrições das gangues e estou aproveitando essa situação para fazer um curso superior com o objetivo de melhorar minhas condições de vida até certo ponto. No entanto, desde a minha chegada à Bulgária, fui atingido por uma dupla realidade. A primeira é o problema da adaptação e a segunda é o problema da integração social por meio da questão da cor e da origem social, bem como da integração no mercado de trabalho. No entanto, para encontrar um meio de subsistência, estou integrado a uma empresa sob condições administrativas e essas condições justificam como minha jornada de trabalho é definida de acordo com a vontade do sistema e não de acordo com uma estrutura lógica. Nesse sentido, posso ver que estou em um modo de exploração sob restrição, porque não tenho uma autorização de residência para trabalhar legalmente (Entrevista realizada no dia 10 Nov. De 2024).

Se levarmos em conta esses aspectos mencionados pelo entrevistado R125, podemos ver que há uma correspondência entre o tempo de trabalho oferecido e o salário, pois ele menciona que o tempo de trabalho é definido de acordo com a vontade do patrão. Isso nos permite entender que o sistema capitalista não tem problemas com a questão da migração, pois ela permite que ele encontre mão de obra para explorá-la melhor. Nesse ponto, ler Marx é uma boa maneira de entender esse problema na miséria da filosofia.

Todo homem tem um direito inquestionável a tudo o que seu trabalho honesto pode lhe proporcionar [...]. Os capitalistas e os proprietários de terras simplesmente dão ao trabalhador, por seu trabalho de uma semana, uma parte da riqueza que obtiveram dele na semana anterior, ou seja, por alguma coisa, eles não lhe dão nada (Marx, 1972, p. 79).

Dito isso, essa situação justifica o fato de o capitalista comprar a força de trabalho, transformá-la em uma mercadoria e comprá-la a um preço mais baixo do que o normal. Em *Wage Labour and Capital* (Trabalho assalariado e capital), Marx (1996) considera o trabalho como uma mercadoria que o capitalista compra a um preço mais baixo do que pode ser usado para produzir, entretanto, o termo exploração não é usado. De acordo com Marx (1965; 1970), o capital é o trabalho acumulado.

Quando perguntados sobre relacionamentos no trabalho, os entrevistados não enfrentaram a mesma realidade. Entretanto, aqueles que moram no mesmo país deram depoimentos semelhantes.

Os três residentes da Turquia, especialmente na cidade de Istambul, nos dão as seguintes informações:

Desde 2022, os migrantes negros na Turquia, especialmente em Istambul, têm se encontrado em situações complicadas. Eles são forçados a se deslocar pelo país. Os oficiais de imigração não querem ver pessoas negras e as autoridades não nos emitem documentos para renovar nossos cartões de residência. Os chefes das empresas nos exploram de duas maneiras: por causa da nossa cor e por causa da nossa situação administrativa. 9 Nesse contexto, estamos sujeitos a todos os tipos de violência e discriminação. (Entrevista realizada no dia 11 Nov. De 2024).

Mais adiante, um entrevistado entrou em mais detalhes sobre a situação dos migrantes na Turquia. Ele enfatizou seu ponto de vista da seguinte forma:

A situação dos migrantes haitianos na Turquia é uma provação. Estamos sujeitos a todos os tipos de violência, racismo e discriminação. Somos julgados por nossa origem, nosso status social e a cor de nossa pele. O Estado não nos fornece documentos para vivermos legalmente no país e os diretores das empresas não nos dão contratos de trabalho porque, segundo eles, o Estado tomará decisões para fechar seus negócios se souber que uma empresa está contratando uma pessoa negra. As empresas que são obrigadas a nos recrutar nos dão metade do dinheiro e nos pagam por semana, enquanto exigem que trabalhemos onze horas por dia, das 7h às 18h (Entrevista realizada no dia 10 Nov. De 2024).

Quando se faz a mesma pergunta aos migrantes que vivem na Guiana Francesa, as realidades não são muito diferentes. No entanto, eles nos dizem que, como sua permissão de residência temporária não foi renovada, não estão qualificados para serem recrutados por empresas, não podem alugar acomodações e não se beneficiam de serviços sociais como o CAF, que é o fundo de assistência à família, e muitas vezes são estuprados e agredidos por membros nativos da comunidade. O entrevistado do RH 126, que mora nesse espaço há 7 anos, nos conta:

A Guiana Francesa está se tornando cada vez mais complexa para os migrantes haitianos, principalmente os que vivem em Caiena e St-Laurent du Maroni. Eles são obrigados a permanecer na assistência social. Nem a imigração nem as outras autoridades envolvidas querem emitir documentos para nós. No entanto, eles nunca nos deportaram para o Haiti. Estamos aqui para fazer o trabalho que está sendo recusado aos nativos, ao mesmo tempo em que nos exploram. Estamos em situações graves e trabalho para uma empresa há 4 anos com a condição de nunca contestar meu salário. Ele varia de acordo com a vontade e o humor do chefe, porque minha autorização de residência está em processo há mais de 14 meses. No que me diz respeito, mesmo sendo haitiano, meu processo não será processado, porque muitos processos de haitianos são recusados. Isso é racismo e uma violação dos direitos dos migrantes (Entrevista realizada no dia 12 Nov. De 2024).

Essa descrição condenatória dos migrantes haitianos na Guiana Francesa é repetida por aqueles em Guadalupe. Entretanto, um dos entrevistados de Guadalupe nos contou mais sobre a situação deplorável dos migrantes haitianos:

Os migrantes haitianos estão vivendo em condições difíceis em Guadalupe, porque a grande maioria deles está sobrecarregada de trabalho. Apesar de seu nível de educação e de seu status social, os guadalupenses são racistas com você. Como experiência pessoal, trabalhei por dois anos porque minha permissão de residência estava ativa e, como ela expirou, estou em uma situação de sobrevivência, pois a prefeitura não quer renovar minha permissão de residência como trabalhador. Essa situação significa que tenho de aceitar tarefas que não correspondem ao meu salário (Entrevista realizada no dia 11 Nov. 2024).

Para aqueles que vivem na República Dominicana, a realidade não é diferente. A República Dominicana e a República do Haiti são dois países que compartilham a ilha do Haiti. É o único país que tem fronteiras terrestres com o Haiti. Isso significa que a taxa de imigrantes haitianos na República Dominicana é maior do que em outros países. Os confrontos entre esses dois países sobre essa questão levaram a ONU a pedir ao atual presidente da República Dominicana que interrompa essa deportação em massa de 10.000 haitianos por dia, a fim de respeitar os princípios de deportação de acordo com os padrões internacionais. Essa deportação faz parte de uma abordagem anti-haitiana e antinormativa da questão da cor, pois vários dominicanos negros já foram deportados para o Haiti. Nesse estágio, os dois entrevistados deste estudo que migraram para a República Dominicana não estão descartando a possibilidade de dar vida a essa situação por meio de seus comentários:

A vida na República Dominicana sob o comando do Presidente Luis Abinader que durante seus dois mandatos não fez nada além de perseguir os migrantes haitianos. Enfrentamos condições desumanas neste país do ponto de vista social, profissional e cultural, pois somos obrigados a ter um mínimo de tempo livre, porque o presidente ordena que sejamos brutalmente presos e deportados em massa sob quaisquer condições. Ele vem fechando as fronteiras há vários meses e nos proibindo de renovar nossos vistos de turista ou até mesmo nossos vistos de residência. Os haitianos estão sendo procurados em todos os lugares pela polícia e pelo exército. Crianças, mulheres grávidas, doentes, crianças em idade escolar, estudantes, trabalhadores e outros

não são poupados desse ato racista, que não está em conformidade com a lei internacional sobre a vida dos migrantes e a deportação. Antes de sermos deportados, passamos vários dias na prisão em condições sub-humanas e inaceitáveis, pois muitas vezes fomos violentados sexualmente por agentes de imigração e até mesmo executados fatalmente (Entrevista realizada no dia 13 Nov. De 2024).

Isso nos dá uma ideia geral da situação, pois esses trabalhadores vivenciam diariamente a triste realidade dos migrantes haitianos na República Dominicana. Os entrevistados nos permitem entender que as condições de trabalho são complexas e que os padrões seguem a mesma lógica de discriminação e exploração, pois quando perguntados sobre a realidade no trabalho, eles mencionam que essa realidade é mais triste em termos de superexploração. O entrevistado RH129 disse o seguinte:

De acordo com minhas experiências socioprofissionais na República Dominicana, apesar das complexas condições de vida dos migrantes, os diretores das empresas nos recrutam para empregos. No entanto, os salários são estabelecidos em uma base racial, porque eles sabem que o governo não nos fornece documentos. O pior de tudo é que, durante a folha de pagamento, o chefe da empresa pode conspirar com a polícia e os funcionários da imigração para que sejamos presos e depois deportados. Na República Dominicana, não importa a cor da sua pele, você não recebe o salário mínimo. Fui vítima dessa situação em várias ocasiões, e meus colegas haitianos não estão isentos dessa situação racista. Nesse contexto, somos explorados moral e fisicamente na República Dominicana com base em nossa origem racial e na cor de nossa pele. Porque outros migrantes brancos na República Dominicana são muito bem protegidos pela lei dominicana e nunca são submetidos a esses atos discriminatórios e racistas no trabalho (Entrevista realizada no dia 13 Nov. De 2024).

De fato, a visão geral dos testemunhos dos atores (migrantes haitianos) mostra como a situação é delicada e está na raiz de um problema social real relativo às condições de vida desses migrantes. Eles também nos permitem entender como os problemas de trabalho dos migrantes nessas áreas refletem uma dupla complexidade: uma complexidade política, na medida em que eles estão se tornando migrantes ilegais, e uma complexidade racial, na medida em que eles estão sendo explorados pelo sistema que está sendo implantado, particularmente pelos atores econômicos, com base na cor e na

origem social, forçando-os a trabalhar o máximo possível como uma estratégia de sobrevivência. Parafraseando Micheline Labelle em *Ideologie de couleur et classes* (1978), para o sistema capitalista, a questão da cor continua sendo não apenas uma questão social, mas também econômica. Ela não perdeu nada de sua ancoragem social e ainda funciona como uma ideologia de diferenciação e justificativa de comportamento, alimentando julgamentos de valor e práticas desigualitárias, bem como os corolários que justificam a superexploração.

Em outras palavras, esses elementos se conectam com as várias considerações teóricas mencionadas acima, mostrando como, no processo de evolução do sistema capitalista, a noção de cor se torna um elemento que permite ao capitalismo encontrar outro alibi em sua perspectiva de exploração, acumulação e destruição do capital humano. Porque, com o problema da migração, o sistema é capaz de encontrar forças produtivas num contexto que lhe é favorável, permitindo-lhe continuar a reproduzir as desigualdades sociais, a dominação, a instrumentalização e assim por diante. Nesse ponto, Marx fala de “supervalorização e superprodução”.

Levando em conta os diferentes aspectos que mostram como a migração se torna uma estratégia de dominação que implica imperativamente em violência física e violência simbólica no sentido bourdieusiano do tema no processo de superexploração, temos de admitir que a questão da cor se torna uma matriz para facilitar o sistema a impor sua dominação no mundo. Dito isso, o capitalismo racial, no contexto da desregulamentação social e da agitação sociopolítica, facilita um caminho para a integração em um país anfitrião a fim de encontrar mão de obra que precise de integração social e também de integração no mercado de trabalho.

De fato, essa dupla realidade estrutura sua base ideológica e prática para desumanizar os seres humanos a fim de forçá-los a aceitar o inaceitável. Essa consideração nos permite entender o objetivo de Guillaumin, que é mostrar como o sistema capitalista transforma a raça de uma transposição biológica em uma transposição sociológica, culminando em uma transposição econômica para acumular riqueza por

meio de sua lógica de exploração. Com base nas considerações de Guillaumi, Labelle defende a tese de que a raça tem outra dimensão econômica, afirmando que:

É o resultado da história. Na ideologia racista, é uma *forma* biológica usada como *signo*. A raça deve ser vista como um *significante* que pode ser manipulado na ordem simbólica e, portanto, é necessário nos desvencilharmos de sua realidade biológica (outro registro de conhecimento) e tratá-la como uma categoria que carrega a marca *somato-biológica*, da mesma forma que outras "categorias institucionais que carregam a marca biológica" (como as categorias de mulheres, loucos, homossexuais, trabalhadores na ideologia burguesa do século XIX etc., todas elas investidas de diferença genética ou constitucionalmente fundada). Uma categoria que carrega a marca biológica, mas uma categoria sociológica cuja própria natureza é ser 'outro', de acordo com sua relação com o poder na sociedade" (Guillaumin, 1972, *apud* Labelle, 1998, p.23).

A situação sócio-histórica e econômica do país nas últimas décadas acelerou o problema da migração haitiana. A economia haitiana sofre estruturalmente com a fraqueza de sua produção industrial de bens de capital e de consumo, o que explica a forte predominância das atividades agrícolas no país. O subinvestimento crônico na produção do Haiti e seu corolário, a quantidade mínima de poupança que não é canalizada para o exterior, continuam a ser denunciados por todos os lados como sérios obstáculos ao desenvolvimento do país.

Sem entrar em debates teóricos sobre a natureza da formação social do Haiti desde os tempos coloniais, ou aprofundar a natureza específica de sua inserção no sistema de dominação econômica e política que é o imperialismo estrangeiro, podemos, juntamente com observadores inspirados pelas várias escolas de "dependência", caracterizar a economia haitiana como desarticulada, distorcida, satelitizada a partir do exterior. Nesse sentido, esse contexto gera repulsa social.

Considerando a situação deplorável dos migrantes haitianos nos vários países incluídos no escopo deste estudo, e considerando o contexto atual no Haiti com o surgimento de uma crise sistêmica de acordo com a visão de Costa (2012), deve-se admitir que, apesar de tudo, a migração é muito favorável para o sistema. No entanto, também deve ser destacado que, quando os migrantes haitianos chegam a outro espaço

social, sua chegada tem um impacto sobre os recursos disponíveis e altera a morfologia social do espaço. Ao mesmo tempo, essa categoria é benéfica para o sistema capitalista, pois encontra recursos humanos sem investimento prévio. Nesse contexto preciso, o problema da migração haitiana é uma realidade regulada e estruturada pela comunidade internacional para encontrar mão de obra barata não apenas na América, mas também em outras partes do mundo.

Deve-se enfatizar, no entanto, que a migração não é um crime, mas sim uma forma de as pessoas buscarem uma vida melhor de acordo com suas expectativas sociais, econômicas, culturais e políticas. Com essa consideração, o trabalho de Guerrier e Rosario (2024), desmistificaram os preconceitos que existem sobre os migrantes quando menciona que os migrantes, refugiados e apátridas são sujeitos de direito. Nessa apresentação, ele sublinha algumas dificuldades enfrentadas pelos migrantes, portanto, ele afirma que eles têm o direito ao trabalho, à educação, à saúde e assim por diante, em condições decentes, porque a migração não é um delito. A migração é uma dinâmica global na qual uma categoria de pessoas busca bem-estar em uma área diferente da sua área de origem. Os migrantes devem considerar-se sujeitos de direitos e gozar dos seus direitos fundamentais.

Considerações finais

Para concluir, este estudo mostra como a migração é benéfica para o capitalismo no contexto atual. Esse benefício faz parte de uma estratégia com duas vertentes. A primeira está ligada a uma dimensão política e administrativa, ou seja, não fornece aos migrantes documentos que lhes permitam trabalhar legalmente, e a segunda está ligada a uma dimensão subjetiva, notadamente a questão da cor, da identidade social e da origem social. Esses aspectos, por meio dos dados coletados de nossos entrevistados, nos permitem reafirmar que o capitalismo é uma totalidade, um todo coerente e estratégico em sua lógica de dominação, acumulação, superexploração, racismo, violência simbólica, desumanização e instrumentalização social, entre outros. Embora os migrantes

estudados estejam em países diferentes, as pessoas entrevistadas sofrem de dois problemas principais que beneficiam o sistema. Essas grandes restrições os levam a aceitar trabalhar em empresas onde há um descompasso entre as horas de trabalho e a remuneração. Por meio deste estudo, podemos afirmar que o capitalismo racial, como parte do capitalismo em sua lógica de adaptação e flexibilidade, usa a raça como instrumento econômico para dar continuidade à sua filosofia de acumulação e superexploração no contexto contemporâneo.

Referências

- BALIBAR, Etienne. La construction du racisme. In: *Journée d'études Rassismes / Europa – continuität*, 5 novembre 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Le capital social*. Actes de la Recherche en Sciences Sociales Année 1980 31 pp. 2-3, 2010.
- BOUSSAHBA et al., *Qu'est-ce que l'intersectionnalité ? dominations plurielles: sexe, classe et race*. In payot/rivages, 2021.
- COSTA, Edmilson. A terceira onda da crise: o capitalismo no olho do furacão – desarticulação montico-financeira, depressão prolongada e lutas sociais. In: PINHEIRO, Milton (ed.). *Reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- FANON, Frantz. *Les damnés de la terre*. Ed, Maspero, 1961.
- FIRMIN, Anténor. *De l'égalité des races humaines : anthropologie positive*, F. Pichon, Paris, 1885.
- GABEL, Dorothy L. What high school chemistry texts do well and what they do poorly. *Journal of Chemical Education*, 60. 893pp. [doi:10.1021/ed060p893](https://doi.org/10.1021/ed060p893). 1983.
- GALISSOT, René. Le racisme n'est pas chez l'autre : la synthèse nécessaire : continuité historique et continu sociale. In : *L'Homme et la société*, n. 75, Synthèse en sciences humaines. pp. 117-132. 1985.
- GOBINEAU, Joseph- Arthur (de Comte). *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853-1855), Paris, éd, Pierre Belfond, 1967, p. 878.
- GUERRIER, Milius; ROSARIO, Maria José Aviz, Acessibilidade da Educação Básica: obstáculos ao acesso à educação para migrantes refugiados na Amazonia Brasileira. In:

Anais do I Seminário Integrado de Pesquisa e Extensão do PPEB e PGEDA: Desafios da Pós-Graduação em Educação na articulação com a sociedade amazônica. Anais. Belém (PA) UFPA, 2024. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/i_seminario_integrado_pesquisa_e_extensao/101780.

HARRIS, I. Cheryl. La blancheur comme propriété, 106 *HARV. L. REV.* 1707, 34–37. 1993.

HURBON, Laënnec. *Barbare imaginaire*, Paris : Les Éditions du Cerf, Collection: *Sciences humaines et religion*, 1988. p. 326.

LABELLE, Micheline. *Idéologie de couleur et classes sociales en Haïti*. Les Presses de l'Université de Montréal, Montréal, 1978.

_____. *La question de couleur et classes sociales*, 1998.

LAURENT, Sylvie. *Capital et race*. Histoire d'une hydre moderne. Seuil, 2024.

MARX, Karl. *Le capital*, Livre I, éditions sociales, 1965.

_____. *Le capital*, Livre II, éditions sociales, 1970.

_____. *Le capital*. Critique de l'économie politique. 1972

_____. *Travail salarié et Capital*. Ed. Pékin, 1849. Éd. Langues étrangères, 1996. p. 94.

MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. In: FERNANDES, Florestan (Org.). *Marx e Engels. História*. São Paulo: Ática, 1989.

MILES, Robert; SATZEWICH, Victor; MARTINET, Frédéric. Capitalisme post-moderne, migrations et racisme. In: *Les Annales de la recherche urbaine*, n. 49, Immigrés et autres. 1990. p. 49-58.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. A indissociabilidade entre as lutas anticapitalistas e antirracistas: aproximações necessárias. In: ABRAMIDES, Beatriz Costa(org) *Marxismo e a Questão étnico-racial*. (Série Serviço Social.) São Paulo: EDUC, 2021.

MOURA, Clovis. O Racismo como Arma Ideológica de Dominação. In *revista Principios*, no 34. P 28-38. 1983.

NETTO, José Paulo. De como não ler Marx ou o Marx de Sousa Santos. In: *Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 223-241.



SCHULTZ, Theodore. W. Investment in human capital. *American Economic Review*, 51, 1-17.1961.

WALLERSTEIN, Immanuel. The politics of the world-economy *the states, the movements, and the civilizations*. 1984

WOOD, Ellen Meiksins. *Pour la défense de l'Histoire : le Marxisme et l'agenda postmoderne*, São Paulo, Brasil, v.1, n.3. P.118-127. 1996.